

O NOVO ESTADO E A COPA 2014 NO BRASIL o “Estado-excessivo” nas intervenções urbanas das cidades-sede do Mundial de futebol de 2014

THE NEW STATE AND THE 2014 WORLD CUP IN BRAZIL

“Excessive-state” and the urban interventions in the host cities of the 2014 World Cup

Resumo: O artigo analisa o movimento recente de reconcentração do Estado nacional, nos anos 2000, que, associado à dinâmica do mercado globalizado, reordena os arranjos entre as instâncias do local, do nacional e do global, e neutraliza dispositivos constitucionais de democratização, autonomia e participação popular na regulação do espaço das cidades. O artigo se estrutura em duas partes: a primeira resgata alguns traços de semelhança entre a formação do Estado Novo nacional, na Era Vargas, e o protagonismo de um “Novo Estado (nacional)” brasileiro, hoje, na retomada de um projeto nacional e reafirmação estratégica da imagem de nação moderna e competitiva na ordem global. A adoção do planejamento estratégico das cidades-empendedoras sob hegemonia de grandes corporações internacionais influencia as formas de regulação do espaço urbano, e compromete o exercício da democracia e autonomia das cidades. A segunda parte, com base nas intervenções associadas ao Mundial de futebol de 2014, examina como a urgência no cumprimento da agenda acordada pelas diversas esferas de governo com organismos internacionais implica alterações legais e simbólicas, que ferem a autonomia da cidade e os direitos dos moradores, no curto, médio e longo prazos, subordinados à desregulação transitória dos dispositivos legais.

Palavras-Chaves: Estado, Copa 2014, Cidade, participação democrática, direitos da cidadania.

Abstract: The article analyzes the recent movement of re-concentration of the national state, two thousand years, which, with the globalized market dynamics, reorders arrangements between instances of local, national and global, and neutralizes constitutional democratization, autonomy and popular participation in the cities’s regulation. The article is structured in two parts: the first rescues some traces of similarity between the formation of the new national state, the Vargas Era, and the role of a “New State (national)” Brazil today in the resumption of a national project and reaffirmation strategic image of modern and competitive nation in the global order. The adoption of strategic planning of the city-entrepreneurs under the hegemony of large international corporations influences the forms of regulation of urban space, and undertakes the exercise of democracy and autonomy of cities. The second part, based interventions associated with the World Cup in 2014, examines how the urgency in fulfilling the agenda agreed by the various levels of government with international legal and symbolic changes imply that the city violated the autonomy and rights of residents in the short, medium and long term, subject to transitional deregulation of the legal provisions.

Keywords: State; Cup 2014; City; democratic participation, rights of citizenship

Este artigo analisa as relações entre a instância local, o Estado nacional redefinido, e os atores internacionais que emergem da cidade empreendedora do mercado, reconfigurada pelas ações de intervenção e escalas de decisão políticas do megaevento da Copa de 2014. Procura apresentar como o papel estratégico e protagonista do novo Estado nacional, que envolve a consolidação de uma imagem de país através da promoção de megaeventos, como a Copa 2014, reacomoda interesses de agentes públicos (no âmbito das subunidades municipais e do Executivo federal) e privados, nem sempre

convergentes com os princípios da Carta Constitucional de 1988, fazendo com que as regulações transitórias sobre o espaço urbano acabem por comprometer a *civitas*¹ e o direito dos moradores das cidades sobre o espaço público.

Para tanto, analisa um novo movimento de recentralização do Executivo federal que, sob contextos distintos e singulares, aproxima alguns traços do Estado Novo (nacional) da Era Vargas com processos contemporâneos de um protagonista do Estado nacional como agente estratégico de um novo desenvolvimento, associado agora aos fluxos dos mercados globalizados, nos quais a cidade se constitui, ela própria, ator e produto significativo para o mercado, como empreendedora dos fluxos de capital, para os quais a produção dos megaeventos joga um papel importante hoje.

A natureza e formação do Estado nacional desenvolvimentista: alguns paralelismos entre a era Vargas e o “novo” Estado nacional

Ianni (2009) reconhece três momentos da história do Brasil que se caracterizam por uma política de desenvolvimento econômico “independente”: a Era Vargas,² o governo de Juscelino Kubitschek e o de João Goulart.³ A noção de desenvolvimento econômico “independente” refere-se aqui à relação do Brasil frente aos interesses econômicos dos países dominantes no mercado internacional. Internamente, expressa um projeto modernizador com vistas a criar um “capitalismo nacional”, como explicita Ianni, ou, dito de outra forma, de formação de um “nacionalismo econômico”.

O nacionalismo econômico revelou-se como uma manifestação da idéia de desenvolvimento, industrialização e independência, em face dos interesses econômicos dos países dominantes. A idéia de economia nacional implicava a nacionalização das decisões sobre política econômica. Portanto, o nacionalismo econômico, compreendia a decisão de criar um capitalismo nacional. A emancipação econômica de que falavam governantes, empresários, técnicos, líderes políticos e militares não era outra coisa senão a manifestação da consciência de que era possível e necessário criar novas condições (políticas tanto quanto econômicas) para formar-se uma economia organizada nos moldes de um capitalismo de tipo nacional. Nesse sentido, para essas classes era possível conquistar nova posição para o Brasil nas relações internacionais. (IANNI, 2009, p. 74)

A esses três momentos indicados soma-se o contexto recente, dos anos 2000,⁴ abrangendo o segundo mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva e o atual governo da presidente Dilma Rousseff, que juntos compõem uma conjuntura singular do papel do Brasil na ordem econômica mundial, com mudança significativa do seu lugar político e estratégico na política internacional. Neste contexto, a posição política brasileira passa de uma condição de dependência a uma posição mais estratégica diante da crise de 2008.⁵ Assim, mesmo consciente das distâncias históricas entre a Era Vargas e a histórica contemporânea nacional, e das bases distintas de institucionalização,

estruturação econômica e natureza da sociedade civil é possível traçar alguns paralelos analíticos que caracterizam a intervenção do Estado nos anos 1930 que podem auxiliar o entendimento do tempo presente.

Não é apenas o desenho e os princípios nacionalistas das políticas internacionais do Brasil que fazem tangenciar esses dois períodos históricos, mas tanto o momento atual quanto o período varguista partilham de conjunturas semelhantes,⁶ de serem precedidos ou de vivenciarem crises na economia internacional,⁷ ou seja, de sofrerem diretamente as consequências de crises econômicas mundiais com repercussões no mercado nacional e reflexos críticos nas crenças no liberalismo econômico. Ademais, essas duas fases implicaram internamente processos de reestruturação institucional e ressignificação do Estado, que envolvem a retomada e o reforço de um projeto nacional de desenvolvimento mais endógeno.

A partir dos anos 1930 observam-se mudanças na natureza do Estado brasileiro, com declínio da sua estrutura oligárquica e a reestruturação do Estado nacional moderno, com base na hegemonia do setor industrial, que passa a dominar as políticas de desenvolvimento do país, como analisa Ianni (2009). Essa transição é marcada por novos arranjos políticos, econômicos e culturais convergentes aos interesses de uma nova classe burguesa e, ao mesmo tempo, é acompanhada pela constituição de uma tecnoestrutura estatal emergente e que se expande e se consolida. Essa base tecnocrática ao mesmo tempo se forma como estrato específico e acompanha o crescimento e fortalecimento do Estado nacional.

De uma economia primário-exportadora e dependente dos mercados internacionais, o país se volta para a construção de um projeto de autonomia ou soberania com base numa política economia industrial, “substitutiva das importações”, fundamental a um projeto de “independência” e maior soberania econômica do Brasil, na criação de um sistema “capitalista nacional”.

A partir da Constituição de 1937 é que mais claramente se constitui um projeto de Nação, com o reconhecimento da intervenção estatal na “coisa econômica”, entendida como “razão de Estado” na perspectiva de uma “mudança provocada”.⁸ A intervenção do governo no âmbito dos planos econômicos passa a ser elemento de defesa nacional, cabendo ao Estado o papel de interventor e planejador do desenvolvimento do Brasil. Dessa maneira, a integração nacional torna-se peça chave desse projeto modernizador nacional, e a integração da nação é, nesse sentido, protagonista da autossuficiência econômica das trocas no território nacional.

Persistiremos na disposição de suprimir as barreiras que separam zonas e isolam regiões, de sorte que o corpo econômico nacional possa evoluir homoganeamente, e a expansão do mercado interno se faça sem entraves de nenhuma espécie. Reequipando portos, remodelando o material ferroviário e construindo novas linhas, abrindo rodovias

e aparelhando a frota mercante, conseguiremos articular, em função desse objetivo, os meios de transporte e os escoadouros da produção. (VARGAS, 1938a, p. 125)

Já no Estado Novo, aparece a importância da dimensão territorial brasileira como possibilidade de expansão econômica decisiva à “independência” do Brasil no mercado internacional.

Com as imensas reservas territoriais de que dispomos, será possível formar um grande mercado unitário, de capacidade bastante para absorver a produção das zonas industrializadas e promover a industrialização das zonas recentes de ocupação. Por isso mesmo nosso país não atingiu ainda a fase que necessitará de novos mercados nem de novos territórios ou da conquista de matérias primas. Efetivamente, possuímos quase todos os vinte e três produtos naturais considerados indispensáveis à auto-suficiência econômica. O que necessitamos, nessa etapa da evolução nacional, é levar avante iniciativas extensas, mobilizando capitais e utilizando processos modernos. (VARGAS, 1938b, p. 164)

A “retomada” dessa perspectiva modernizadora, hoje, com base num protagonismo de um “Novo Estado (nacional)” integrado ao mercado globalizado, e às cidades empreendedoras, influencia processos de regulação urbanística das cidades, redefinindo novos arranjos entre as três esferas estatais (federal, estadual e municipal). Essas, por sua vez, alteram as condições da participação democrática e a autonomia das cidades, garantidas pela Constituição de 1988. A complexidade dessa transição contemporânea, marcada pela consolidação de um empreendedorismo urbano (HARVEY, 1996), é analisada neste artigo a partir da reestruturação das cidades-sedes do Brasil para o recebimento da Copa de futebol de 2014, observando como o projeto empreendedor da cidade inscrita nos fluxos globais “do mercado”, envolve processos decisórios relativos à regulação da vida urbana nem sempre convergentes com a função da *res publica*.⁹

A Copa 2014, assim, é nesse contexto uma vitrine do país, um momento de destaque do Brasil no cenário internacional: *O Brasil Decola*,¹⁰ como já havia sido reconhecido pelo então Presidente Lula da Silva: “Com o Mundial, teremos a oportunidade de apresentar ao mundo um novo momento do Brasil.”¹¹

O entendimento da Copa de 2014 como ocasião favorável à ressignificação do país na geopolítica mundial, assim como o reconhecimento do evento como oportunidade interna de desenvolvimento econômico urbano e nacional, estão referendados também na fala da atual Presidente Dilma Rousseff:

A Copa não é apenas despesa. O Mundial vai contribuir para o nosso projeto de desenvolvimento, gerando empregos e aumentando a renda do trabalhador. Estimamos que serão criados 330 mil novos empregos diretos e 400 mil temporários. O evento tornará o Brasil uma vitrine internacional - esperamos receber cerca de 600 mil turistas. No setor de infra-estrutura, os investimentos chegarão a R\$ 33 bilhões, com 68% de participação do governo federal. São recursos destinados à modernização e construção de aeroportos, portos, melhorias no transporte urbano, na segurança e na Saúde. Os investimentos não servirão apenas ao evento. O legado da Copa estará presente no cotidiano de cada um dos brasileiros. (PLANALTO.GOV.BR, 2011)¹²

A explicitação da importância da Copa para o desenvolvimento nacional revela que o evento se constitui ao mesmo tempo um instrumento prioritário de construção simbólica e estrutural do Brasil, da perspectiva de um novo desenvolvimento, que associa investimentos em infraestrutura urbana e converge com os interesses dos agentes de um mercado globalizado. O papel estratégico do evento, externa e internamente, altera o quadro de forças entre agentes públicos, com o fortalecimento do Governo Federal e do Estado nacional, inclusive na condução da reestruturação das cidades, e como condição fundamental de um projeto de nação competitiva mundialmente que “respeita” os compromissos firmados com novos agentes privados internacionais.

A estruturação dos setores de circulação e transporte nas cidades-sedes são itens decisivos à inserção no mercado competitivo, pois, segundo HARVEY (2005), o valor final dos produtos resulta cada vez mais do custo de transporte – quer seja das matérias primas, quer seja do produto final. Assim, a redução da circulação integra a estratégia do desenvolvimento das forças de produção contemporâneas. “O imperativo da acumulação implica conseqüentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais.” (HARVEY, 2005, p. 50) A circulação impõe infraestruturas imóveis e fixas e, assim, o capital se reifica nas cidades e em suas paisagens.

Assim, o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do próprio capital numa escala expansível. A paisagem geográfica, abrangida como capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria antitética em relação à ‘derrubada de barreiras espaciais’ e, no fim, até a ‘acumulação do espaço pelo tempo’. (HARVEY, 2005, p. 53)

O “Estado Novo” e o “Novo Estado”: Estado-mercado e “Estado-excessivo”

Para estabelecer um patamar comparativo entre algumas características do Estado atual e seus nexos com algumas táticas usadas pelo governo Vargas durante o Estado Novo, tomamos por base alguns pressupostos de Francisco Campos¹³ no seu livro *O Estado Nacional* escrito em 1941.

Reconhecemos que os processos não são automaticamente transpostos e que cada contexto se refere a processos singulares, já que a natureza das forças sociais e políticas e dos arranjos institucionais e econômicos nos dois períodos são bastante distintos. O que interessa reter são alguns elementos entre forças nacionais e externas que reforçam novos papéis para o Executivo nacional e que, no caso presente, levam à recentralidade de um “Novo Estado Nacional”, que confronta com os pilares instituídos e acordados das instituições democráticas que envolvem descentralização, autonomia e controle social, partes do Estatuto das Cidades.

Francisco Campos (1941) no seu livro produz uma rica e consistente análise sobre a construção do Estado Novo, destrinchando a estrutura do Estado brasileiro em formação, na época, e avança numa crítica às estratégias determinantes daquele projeto de Estado, de governo e de nação. Apesar da riqueza da análise e da retórica do texto, no presente artigo tomamos apenas alguns elementos específicos e fundamentais de suas análises que possam auxiliar a entender algumas mudanças institucionais em relação ao papel de um “Novo Estado Nacional” do Brasil, com base em dispositivos simbólicos e táticos usados durante o Estado Novo, na forma de construção da “imagem nacional” e centralização do projeto nacional, relativos ao controle e reprodução política, de forma a analisar as possíveis consequências desse novo modelo estratégico sobre a autonomia das cidades.

O primeiro ponto da análise de Campos (1941), que tomamos comonexo da relação entre a era varguista e o redesenho do Estado brasileiro contemporâneo, diz respeito ao reconhecimento da efetiva *necessidade de construção do mito*, para a construção da unidade nacional como condição de formação da unidade e do consenso, anular as contradições e possibilitar a convergência de opiniões. Denominado pelo autor de “*Sophistica Moderna*”, o mito é apresentado então como um dogma fundamental, assumido como verdade, mesmo que seu valor seja declaradamente não verdadeiro. É exatamente esse paradoxo assumido que faz do mito uma “verdade” irrefutável.

A impossibilidade de refutar Sorel está exactamente em que ele atribui ao mytho dois valores contraditórios: o valor de verdade para os que acreditam no mytho, e o valor de artifício puramente técnico para os que sabem que se trata apenas de uma construção do espírito. Atacado do ponto de vista da theoria do conhecimento, Sorel sorri da objecção, alegando que ele propõe não uma verdade, mas o oposto da verdade. Mas, quando atacado, no terreno prático, pelo argumento de que o mytho só funcionará como motivo de acção enquanto conservar o seu valor de verdade, responderá que isso equivale a reconhecer ao mytho um valor puramente de verdade, porque o que nelle se postula é a impossibilidade da sua realização e, portanto, o seu character ultimo e final de inverificável. (CAMPOS, 1941, p. 8-9)

O autor reconhece a irracionalidade da vida política e defende que a eficácia dos processos políticos é proporcional à sua ininteligibilidade. Dessa forma, aponta declaradamente a “falta de clareza” dos processos políticos como estratégia intrínseca e fundamental a serviço do poder. Ao transpor a ideia do mito à necessidade de uma figura carismática, caracterizando-a como César, um “salvador” frente às ameaças externas, afirma assim a necessidade da construção de um inimigo externo comum – peça chave da convergência e do fortalecimento do “César”. Pois, segundo ele:

Não há, a estas horas, paiz que não esteja à procura de um homem, isto é de um homem carismático ou marcado pelo destino para dar às aspirações da massa uma expressão symbolica, imprimindo a unidade de uma vontade dura e poderosa aos chãos da angustia e de medo de que se compõe o pathos ou a demonia das representações colectivas. (CAMPOS, 1941, p. 17)

O segundo aspecto que destacamos da análise do autor refere-se à impossibilidade do regime poder ser efetivamente democrático, à época, diante de um contingente de massas. Para ele, essa avaliação levará à adoção de práticas totalitárias e centralizadoras, visando à manutenção de uma aparência liberal e possibilitando o pleno governo.

No fim de algum tempo, adoptada pela democracia a tecnica do Estado totalitário, à qual Ella foi forçada a recorrer (por mais contradictorio que pareça) para salvar as suas aparências liberais, a democracia acabará por assimilar o conteúdo espiritual do adversário, fundindo-se dessa maneira em um pólo único duas concepções do mundo, tão aparente inconciliáveis ou antitheticas. (CAMPOS, 1941, p. 23)

Para Campos, os processos democráticos, enquanto formas de convencimento que visam a conquista da maioria, estão obrigatoriamente relacionadas aos instrumentos de sedução, uma vez que *“as instituições representativas já não têm um conteúdo espiritual que sirva de pólo a um systema de crenças essencial para garantir a duração de todas as instituições humanas.”* (CAMPOS, 1941, p. 27) Apesar de propor que as decisões políticas estejam ligadas ao convencimento das massas e, portanto, a outros agentes – no caso, a imprensa - reconhece no poder municipal aquele *“que absorve, efectivamente, o interesse do povo”*. (CAMPOS, 1941, p. 50)

Por fim, um terceiro argumento do autor que destacamos nessa análise refere-se ao conceito de liberdade. Para ele a liberdade econômica põe em risco a prevalência dos interesses coletivos. É na defesa do coletivo que o fortalecimento do Estado nacional se impõe como garantia ao bem público frente aos interesses individuais, e, assim, a liberdade enquanto direito é descartada. *“No regime liberal organizou-se um novo feudalismo econômico e político.”* (CAMPOS, 1941, p. 60)

Com o falso pretexto da liberdade, crearam-se os poderes irresponsáveis que, aproveitando-se da chance ou das circunstancias favoráveis, estabeleceram o seu domínio sobre a nação, - domínio econômico, mediante as poderosas organizações econômicas e domínio político, mediante as arregimentações partidárias em que o principio democrático não era observado. (CAMPOS, 1941, p. 60)

Essas teses implícitas à construção do Estado Novo, na Era Vargas, selecionadas a partir da obra de Francisco Campos – a construção do mito; a centralidade do Estado nacional e a impossibilidade da efetivação da democracia e a subordinação da liberdade na prevalência do interesse coletivo de construção da nação – são algumas dimensões que permitem estabelecer correlações com o tempo presente do Brasil, especialmente no que diz respeito ao modelo estratégico subjacente aos preparativos para a Copa de 2014 e as implicações dessas novas práticas sobre a reconfiguração urbana e a produção da democracia nas cidades.

O primeiro e mais evidente ponto de convergência dessas estratégias diz respeito ao uso do “mito”, ou seja, a mobilização da “paixão nacional”: o futebol. *“Afiml, a grande torcida brasileira foi fator decisivo à escolha do Brasil como palco da Copa de 2014”*.

(REVISTA ISTO É Especial Copa 2014, n-1) No entanto, a avaliação da paixão não se restringe ao âmbito das emoções: significa também a possibilidade de motivação e adesão de projetos convergentes com a realização das exigências da FIFA, ou ainda, a possibilidade de anulação dos conflitos em favor de uma mobilização para a sua realização.

Além de passar as próximas temporadas escalando o time dos sonhos e imaginando a emoção da hora da disputa, os 190 milhões de técnicos terão muito mais a fazer: têm de participar. Isso significa ajudar o país a cumprir as muitas exigências da Fifa no que diz respeito à segurança de todos dentro e fora dos estádios. (REVISTA ISTO É Especial Copa 2014, n-1, p.13)

Seguindo os aspectos destacados da obra de Campos, esse projeto impõe a necessidade de um “Cesar protetor” contra as pressões externas. No contexto presente, duas ameaças reais emergem no cenário nacional e internacional contemporâneo, no Brasil: a pressão do prazo de execução das obras sob o imperativo do calendário da Copa e a crise econômica internacional. Assim, “A mil dias da Copa, o Brasil presta contas e libera mais dinheiro”¹⁴

O número é simbólico: em 1000 dias, o Brasil precisa estar pronto para receber a Copa do Mundo. Diante da pressão e olhares internacionais críticos ao ritmo dos preparativos, uma legião de ministros brasileiros veio a público nesta quarta-feira para confirmar que o País cumprirá as metas a tempo. (<http://www.abdib.org.br/>. Acesso: setembro, 2011)

A Copa do Mundo de 2014 passa a ser entendida como uma solução real para o equacionamento nacional à crise econômica mundial.¹⁵ De um lado, os prazos acordados internacionalmente caracterizam um imperativo de urgência¹⁶ e a consequente necessidade de excepcionalidade das obras de preparação das cidades para o mundial é justificada. O caráter da emergência, de um lado, e a crise econômica, de outro, passam a funcionar como constrangimentos externos, que impõem, internamente, a construção de uma coesão nacional.

Esses dois elementos – “a urgência” e “a crise internacional” – constituem-se fatores justificadores para um tratamento diferenciado para as obras da Copa, com implicações sobre as regulações preexistentes, atingindo, por consequência, a autonomia decisória municipal e os processos de instituição democrática da regulação sobre as cidades. A “imagem do país” passa de legado à justificativa dos novos ordenamentos e práticas. Sob a justificativa e/ou imperativo dessas pressões, tem-se propiciado, no Brasil, alterações legais na regulação do espaço urbano, que implicam efetivamente suspensão de algumas conquistas constitucionais importantes de democratização das cidades pela via da participação cidadã nas decisões sobre a *civitas*.

No ano de 2010, mais precisamente no mês de novembro, frente às reportagens veiculadas pelos grandes canais de informação, que, em sua maioria, noticiaram euforicamente a ocupação do morro do Alemão no Rio de Janeiro, o jornal *Brasil de Fato*,

na reportagem intitulada *A morte dos maus - No país do futebol, o estado de exceção e a política do terror urbano*, prenunciava:

Embora a nova ordem urbanística que vem por aí apenas reatualize os já conhecidos padrões de terror estatal - o massacre do corpo negro nas favelas como condição imprescindível para a paz social -, ela em certa medida também inaugura uma nova economia da violência que tem no espetáculo esportivo sua razão de ser. Foi assim na África do Sul, e será assim no Brasil. (AMPARO ALVES, in *Jornal Brasil de Fato*, 26 de novembro de 2010)¹⁷

Essa mesma reportagem conclui e prevê: “A Copa 2014 e as Olimpíadas de 2016 serão eventos espetaculares, o país receberá enxurradas de dólares e as metrópoles brasileiras terão finalmente sido sanitizadas.” (AMPARO ALVES, *Brasil de Fato*, 26 de novembro de 2010)

Essa manchete traz as provas do que fora enunciado em 2003 por Francisco de Oliveira, no artigo *O Estado e a Exceção – ou Estado de Exceção*. Nesse texto, ele analisa a relação entre desigualdade social e liberdade, o que podemos transpor para a análise do planejamento urbano, como a relação desigual de aplicação dos direitos sobre o espaço construído da cidade: “não foi o planejamento que enquadrou a exceção, mas foi a exceção que enquadrou o planejamento.” (OLIVEIRA, 2003, p. 9) Também, segundo Vainer (2011), os processos de reestruturação urbana adotados para a preparação da Copa de 2014 no Brasil, fazem emergir a “Cidade de Exceção”.

Concretiza-se, assim, o projeto de conferir flexibilidade e agilidade aos processos decisórios, liberando-os definitivamente dos “controles políticos e burocráticos”. As chamadas parceria público-privada e as operações urbanas constituem um exemplo perfeito desta “expansão de redes de poder e correias de transmissão paralelas que se cruzam e vinculam diferentes ramos e centros”, ao largo dos partidos e do governo formal, a que se refere Jessop. (VAINER, 2011, p. 12)

A nova legislação especialmente criada para atender às exigências da FIFA, constitui uma mudança real dos mecanismos legais até então vigentes de maior participação social nos processos decisórios e de controle popular. A Constituição Brasileira de 1988 é, sem dúvida, um marco decisivo para a condução democrática do país. Instrumentos legais reconhecidamente primordiais para a democratização das cidades derivam dessa Lei Máxima: O Estatuto da Cidade é sem dúvida o recurso de maior importância nesse processo de construção da cidadania no país.

A lei geral da Copa, encaminhada ao Congresso Nacional no mês de setembro de 2011, a Lei 12.462/2011, que trata da aceleração dos processos de licitação e serviços e as Medidas Provisórias nº 496 e nº 497 precedentes, põem por terra os limites impostos pela “jaula de ferro”, de acordo com expressão de Weber.¹⁸ A burocracia enquanto garantia e proteção do bem público e os seus mecanismos processuais de controle são enfraquecidos. Recentemente, mais uma Medida Provisória foi encaminhada para aprovação – a de nº 540 que permite o uso dos recursos do Fundo de Garantia do

Tempo de Serviço (FGTS) nas obras da Copa.

O deputado incluiu artigo na medida que diz que os recursos poderão ser usados até 30 de junho de 2014 em obras que ‘direta ou indiretamente’ sejam necessárias para garantir a realização dos eventos. Ele cita como obras possíveis de receber os recursos: projetos de infraestrutura aeroportuária, de operações urbanas consorciadas, de transporte e mobilidade urbana, de arenas, de centros esportivos e de treinamento, bem como de empreendimentos hoteleiros e comerciais. (FOLHA ONLINE, 2011)

Ao mesmo tempo, as conquistas asseguradas pelos instrumentos legais que garantem e determinam a participação da sociedade civil nas decisões também são fragilizadas sem o acesso à informação¹⁹ – no que diz respeito aos projetos, custos e obras e os arranjos políticos, a ininteligibilidade é recorrentemente apontada como característica desse processo.²⁰ No contexto de desregulação da legislação, as obras tomam de assalto as comunidades mais pobres, ferindo o direito à informação, à participação, à moradia e à habitação desses cidadãos da cidade. Essas mesmas obras podem ainda responder por danos ambientais e contra o patrimônio histórico nacional.²¹

Avaliados por alguns juristas como inconstitucionais, esses novos instrumentos legais, no entanto, geram a “formalidade normativa” para essas práticas libertas de controles mais rígidos, o que atende, por um lado, à necessária agilidade executiva no cumprimento dos acordos firmados internacionalmente, mas, por outro, esses mesmos instrumentos do direito dificultam a efetiva participação e o controle social na condução e avaliação das intervenções do poder público e privado, e, assim, fragiliza a regulação dos usos da cidade de caráter democrático. E assim, “O estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”.²²

Nesse processo observa-se uma mudança real de rumo, no campo do direito, na contramão das determinações constitucionais: a Constituição de 1988 traz no seu corpo as diretrizes das políticas públicas nacionais e reconhece a gestão participativa e a transparência administrativa como direitos da cidadania. As propostas legais em trâmite colocam esses investimentos públicos libertos de quaisquer limites e favorecem um campo passível a que o comprometimento orçamentário municipal ultrapasse a sua geração de receita. Dessa maneira, os instrumentos transitórios operados comprometem a autonomia de gestão urbana, duplamente: pelos novos instrumentos legais criados na transitoriedade e pelo endividamento daí resultante, que empenham previamente a capacidade de governar e decidir das gerações futuras, que é previamente hipotecada.

Esses processos contemporâneos hipotecam o futuro dessas cidades, comprometendo a autonomia administrativa e a construção genuína do espaço urbano e cidadão presente e futuro. Eles refletem uma nova arena de embates que representam as novas dinâmicas e relações entre o local, o nacional e o global, inserindo-se numa arena mais ampla de interesses econômicos, políticos e culturais, na disputa de mercado no mundo contemporâneo, com rebatimentos diretos na forma como se dá historicamente a construção coletiva das cidades. (IVO, 2011, p. 53)

A preparação da infraestrutura do país para os novos desafios impostos pelo *Brasil, o país do presente*²³ explicitariam um novo papel do Estado-nação frente à instabilidade do mundo globalizado e, ao mesmo tempo, uma inflexão nas crenças do liberalismo econômico. Esse novo quadro ilustra também a gradativa centralização e fortalecimento do Estado Nacional como gestor, planejador e interventor, inclusive sobre as políticas urbanas. Esse movimento, no entanto, não anula a determinação de agentes locais, mas restringe possibilidades e alcance do exercício da sua autonomia.

Esses debates inserem-se em reflexões sobre a natureza de “um novo capitalismo” (EXAME, 2009) nascente evidenciadas pela crise de 2008 e amplamente difundida pela grande mídia nacional. Segundo Philip Bobbit: “Os Estados nacionais vão deixar de existir e serão substituídos por uma simbiose do setor financeiro, de entidades privadas e do governo. Será o Estado-mercado.” (ÉPOCA, 2011) No Brasil, questiona-se: “Estado inchado, Estado indutor, Estado intervencionista, Estado regulador, Estado produtor, Estado protetor – afinal, o que queremos?”.²⁴

Esse reposicionamento do Estado favorece a instrumentalização e racionalização da imagem do país segundo os fundamentos do *nation-brand*,²⁵ que aparece então como um modelo alternativo para a gestão das nações, associado às ferramentas de mercado, fundadas na gestão e criação de imagens competitivas fortes, no cenário internacional, de um “Estado-mercado”.

Reconhecendo relações intrínsecas entre Estado e mercado, o Brasil, nos anos 2000,²⁶ opera os novos mecanismos do *nation-brand*, num ambiente de crescimento econômico favorável a uma ação interna mais efetiva, redefinindo um papel protagonista do Governo Federal, reiterado pela implementação dos programas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como é ratificado no discurso de posse da presidente Dilma Rousseff.

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional. Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do Minha Casa Minha Vida, manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos ministérios. O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas. Este princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso deste meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira. (FOLHA ON LINE, 2011)

Os megaeventos, nesse sentido, representam uma estratégia fundamental do novo modelo de desenvolvimento econômico, associado às intenções de ressignificação do

país, constituindo-se um campo aberto e complexo para o entendimento das relações dinâmicas do mercado globalizado com os Estados Nacionais. Eles aparecem como vetores econômicos fundamentais aos atuais regimes de acumulação flexível num mundo de economia globalizada e redefinem formas de atuação e vinculação entre a economia e a política, a sociedade e a cultura, na forma das cidades empreendedoras, as cidades criativas ou as cidades do mercado.²⁷

Os governos buscam atrair cada vez mais esses *happenings*, visando a alcançar a multidão mundial – seja como consumidores diretos ou como audiência e consumo-produto indireto. Pela visibilidade²⁸ resultante desses eventos, o montante financeiro e os novos agentes interessados, assim como pelo tempo e calendário determinados, a viabilização das intervenções urbanas para adequação às especificações externas e demandas particulares desses eventos são facilitadas, seja no trâmite burocrático, seja em relação à viabilidade orçamentária das propostas. Tornam-se, assim, arranques às intervenções de reconfiguração da estrutura urbana. (VENTURI, 1994) Como reconhecido pelo próprio atual ministro do Planejamento: “A Copa é um grande pretexto que nos obriga a investir mais do que gostaríamos”. (PORTAL DA COPA, 2011)

A Copa 2014, no Brasil, consolida no âmbito externo uma nova imagem do país no cenário global e potencializa ao mesmo tempo a economia, tendo como força motriz a tese da “destruição criativa” defendida por Shumpeter (2008). O mundial de futebol no Brasil também traz à tona um novo desenho de estado, quando a imagem do país passa de legado a elemento simbólico para a construção de consensos e pacificação dos conflitos, sendo então justificativa dos novos ordenamentos e do caráter de excepcionalidade imposto para as obras da Copa. Ou seja, “O que está em jogo não é apenas o futebol ou o “Caneco da Fifa”, mas a oportunidade de o país atrair bilhões e bilhões de dólares em investimentos para seu desenvolvimento.”, conforme site da Copa 2014. (PORTAL 2014, 2011)

Novo modelo de gestão para o novo Estado-Mercado e o Novo Estado-Excessivo

A década de noventa, no Brasil, é marcada pelo *marketing* de lugares e o fortalecimento das esferas municipais na tomada de decisões, seguindo o modelo do planejamento estratégico e da relação local-global. A cidade é, então, o lócus das reivindicações e necessidades sociais, mas também se torna crescentemente um campo das decisões.²⁹

Hoje, a esfera decisória das grandes estruturas urbanas se desloca para a instância do poder federal, dando início a novas formas gestoras, que denominamos “planejamento estratégico nacional”. É um novo modelo gestor, que tem no Estado-nação o agente interventor principal, mas os seus princípios organizadores, ao mesmo tempo,

não mais correspondem àqueles do projeto do Estado do Bem Estar do pós-Guerra (Estado Nacional desenvolvimentista brasileiro) ou do Estado-neoliberal dos anos 1990. Articulam elementos deste com a ação e um papel estratégico do Estado no âmbito nacional, e não mais local, subordinado ao princípio de reprodução do mercado, com agentes globalizados, ou seja, orientado segundo os princípios do já referido “Estado-mercado” empreendedor.

No campo do urbanismo, paralelo ao fortalecimento da esfera federal na condução e decisão das macroestruturas fundamentais ao transporte e à articulação entre os mercados nacional e internacional, os municípios respondem pelas demandas locais e competem agora internamente para estarem inseridos e participantes na rede estrutural da nação e, internacionalmente, como espaço-produto integrante da indústria turística e de produção de infraestrutura.

Assim, o modelo de “planejamento estratégico nacional” a que nos referimos representa uma fusão entre o planejamento ortodoxo – característico das intervenções urbanísticas das décadas de 1940 e 1950, no Brasil – e o planejamento estratégico, adotado pelas grandes cidades brasileiras nos anos 1990, agora reforçadas pelo *marketing* de lugares, sob o princípio da cidade empreendedora.

A transmutação e o movimento de reconcentração do poder decisório na instância nacional, neste processo, representam um enfraquecimento “do lugar” como polo decisório e de autonomia, reconhecido como ganhos de democratização do poder no processo de redemocratização brasileira e também defendido, num outro sentido, pelas agências multilaterais nos anos 1990. Essa reacomodação das instâncias decisórias do nacional e do local expressa contradições não só dos arranjos sociais e políticos, mas também reorienta e desfigura os princípios acordados no marco institucional do Estatuto da Cidade, contribuindo como instrumento pacificador das tensões locais. Se o deslocamento da esfera decisória das cidades para o âmbito nacional pode reduzir a influência de oligarquias locais, esse movimento favorece por sua vez novos modos de dominação, como dos agentes multinacionais e, na prática, fragiliza a participação da sociedade civil nos dissídios locais, com redução da capacidade de controle social sob as novas formas de regulação e usos das cidades. A nova centralidade decisória na esfera federal, de fato ou criada simbolicamente, media a ação de grupos econômicos nacionais e ou internacionais na estruturação urbana e intraurbana nacional,³⁰ num contexto de baixa capacidade de organização dos cidadãos, em razão do caráter de urgência, da adesão ao projeto, da falta de transparência e do arrefecimento da mobilização de atores locais, especialmente nos últimos anos.

A hipertrofia do Governo Federal reorienta o desenho institucional e traz implicações sobre a autonomia das cidades e o direito dos cidadãos, especialmente quanto à capacidade regulatória do espaço das cidades diante das novas intervenções.

Ou seja, a distância entre as deliberações no âmbito nacional e o espaço de construção e implementação das políticas urbanas é mediada por novos arranjos institucionais e políticos, que envolvem consequências diretas sobre os processos urbanísticos no Brasil, hoje. Essa distância – espacial, inclusive – entre o âmbito do local (e suas possíveis³¹ arenas de participação) e os campos de negociação e decisão que articulam o Executivo Federal, as instituições e agentes internacionais, juntamente com os novos ajustes legais transitórios impostos, constituem hoje uma nova espécie de “Estado de exceção”, para usar noção utilizada por Oliveira (2003), e tem implicações diretas sobre as formas como se efetivam os arranjos entre agentes nos jogos de força nas *polis* brasileiras.

Ou seja, para além da “cidade corporativa fragmentada”, conforme analisa Milton Santos (2007), e para além da “cidade de exceção”, como se refere Vainer (2011), existe efetivamente um movimento de anulação das forças locais, não apenas pelo manejo do consenso,³² mas, sobretudo, pela dificuldade do confronto direto. Se esses conceitos de cidades ainda reconhecem a *polis* como resultante dos jogos de forças travados no espaço público, mesmo que apontando para a reconhecida prevalência dos agentes econômicos (locais, nacionais e internacionais) na condução e construção da estrutura urbana, uma nova situação se apresenta: o centro decisório desses processos ressignifica as esferas locais, subnacionais e nacional e as relações entre o Estado, a cidade e o mercado.

A cidade perde força enquanto espaço político decisório das macroquestões urbanas. Esse movimento já desenha um campo redutor do poder da participação social e da capacidade de enfrentamento dos movimentos sociais na defesa do direito à moradia e sobre a cidade. O movimento de reconcentração do centro decisório, em benefício de atores hegemônicos externos associados ao Executivo Federal, contribui para o enfraquecimento e o retrocesso das conquistas democráticas das cidades.

Assim, o “Estado-mercado” assume um caráter do que aqui chamo de “Estado-excessivo” que prevalece na condução e decisão da *(res) publica*. Ou seja, o desenho do Estado Nacional brasileiro gradativamente assume contornos que apontam para o seu fortalecimento no controle decisório e intervenção direta, sobrepondo-se em alguns casos aos direitos fundamentais de moradia e de participação social. Se o “Estado de exceção” é um mecanismo legal previsto na Constituição, que põe em suspenso o sistema jurídico vigente, o Estado-excessivo, conforme definimos aqui, atua “ferindo” o próprio sistema jurídico vigente, extrapolando suas competências e desconfigurando conquistas referendadas na Constituição Brasileira de 1988 – enquanto instância e princípio da soberania popular e garantia democrática do projeto de autonomia das cidades. Não é no seu tamanho ou extensão estrutural, mas sim no movimento de hipertrofia da força na condução e decisão das políticas urbanas locais, frente ao direito constitucional da participação popular nas decisões relativas às questões urbanas do

uso do espaço da cidade, do direito à moradia e das regulamentações desse uso, que qualificamos aqui o Estado-excessivo, entendido como um retrocesso em relação aos ganhos políticos participativos anteriores e aos princípios da *civitas*, na construção do direito público das cidades.

Salvador – Cidade-Sede do trabalho, Cidade-Sede da Copa

As imagens iniciais e finais do informe publicitário da Prefeitura Municipal de Salvador – “Prefeitura de Salvador apresenta Copa do Mundo da FIFA de 2014” – reafirmam a relação dessa cidade com o evento da Copa do Mundo de 2014. Além de associar a cidade ao evento, as imagens do filme publicitário – repletas de pessoas trabalhando nas obras em andamento e nas atividades preparatórias da cidade para receber os jogos – estabelecem um nexo entre a cidade de Salvador, a dimensão do trabalho e o evento, consolidando assim a função social de geração de emprego relacionada à Copa. Esse filme representa uma amostra da construção simbólica e ideológica da Copa como um suposto nicho de oportunidades, e de geração de emprego e renda, como uma alternativa e solução para as questões urbanas de infraestrutura e serviços, de emprego e renda num curto espaço de tempo. A articulação das palavras “festa” e “trabalho” ou “alegria” e “esforço” e a afirmação: “o time está em casa e aqui suamos a camisa, mesmo”, contribuem ainda mais para o entendimento da Copa como momento estratégico de desenvolvimento econômico local, uma “oportunidade de todos”, unindo supostamente interesses dos trabalhadores com os agentes econômicos transformadores, implicados no empreendedorismo local.

Assim como as demais cidades-sede, Salvador integra essas novas dinâmicas do modelo intervencionista do empreendedorismo estatal, que vem caracterizando as obras de reestruturação do espaço urbano nas cidades escolhidas para abrigar os jogos do Mundial, com todos os problemas implícitos a esse modelo: a falta de inteligibilidade das ações das reformas urbanas, passando pelo desconhecimento dos reais projetos e obras a serem implantados, culminando com a fragilidade das ações da sociedade organizada e a redução das arenas participativas. Assim, a preparação de Salvador para a Copa de 2014 é palco de um novo arranjo de poder construído pelos diversos agentes públicos e privados na realização da Copa. O modelo de governança apresentado pela Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (SECOPA) não faz referência a qualquer abertura à participação popular nos processos decisórios para a Copa de 2014.

O modelo de governança utilizado considera a participação das cinco instâncias-chave: as Secretarias, os Grupos Executivos de Trabalho (GETs), a Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (SECOPA), o Comitê Gestor da Copa e o Comitê Organizador Unificado. (PLANO DIRETOR DA COPA 2014 NA BAHIA, 2011, p. 12)

A Prefeitura Municipal de Salvador, buscando habilitar a cidade de Salvador como uma das cidades de acolhimento dos jogos da Copa apresentou, em 2009, uma coletânea de projetos para a reformulação da sua infra-estrutura. A exposição intitulada *Salvador Capital Mundial* ocorreu primeiramente num *shopping* e, posteriormente, foi exposta num espaço de eventos para convidados com a presença do empresariado, corpo governamental e a imprensa, para a apresentação das propostas.

O conjunto de projetos compõe, em sua maioria, a Rede Integrada de Transportes (RIT). Essa rede privilegia fundamentalmente a borda oceânica e as margens da Av. Paralela – que, juntamente com a “liberação” de gabarito prevista pelo PPDU de 2008, passaram a se constituir áreas de grande potencial imobiliário para empreendimentos de luxo já lançados e em processo de lançamento no mercado imobiliário local.

Essa rede de transporte prevê, ainda, na área central da cidade e em consonância com o lançamento do projeto *Centro Antigo*, passarelas rolantes, teleféricos e planos inclinados que articularão a Cidade Alta³³ com pontos estratégicos da Cidade Baixa, favorecendo o circuito de turistas e contribuindo para a revalorização de pontos chaves de interesse do empresariado, como: Santo Antônio, Comércio, Contorno e na área da antiga Fonte Nova.³⁴

Além de privilegiar o setor imobiliário, o RIT reproduz originalmente o sistema de transporte público de Salvador, sem representar uma mudança ou ameaça às empresas de ônibus detentoras do mercado de transporte público soteropolitano. No entanto, os projetos não estão disponíveis à sociedade em geral e a maioria do material gráfico ilustrativo foi retirada da Internet, assim como não está exposta ou acessível para consulta. A imprecisão, a incerteza e o vazio de informações constituem efetivamente uma dificuldade para a sociedade civil exercer o direito de controle sobre as mudanças estruturais da cidade e validação desses projetos, como fica claro na petição encaminhada por um dos movimentos sociais relacionados as obras da Copa em Salvador.

Representantes do Fórum de Articulação das Lutas nos Territórios Atingidos pela Copa 2014 (FALTA! Copa 2014), composto por diversas entidades e movimentos sociais, estiveram, na tarde de ontem, 29/03, no Ministério Público para entregar representação exigindo atuação imediata na qual solicitam ao MP que obrigue o governo estadual e a prefeitura a disponibilizar acesso irrestrito aos projetos das obras relacionadas à Copa 2014.

Os principais argumentos de que o Fórum se vale para exigir atuação do MP são: a falta de transparência e participação popular dos projetos, que ferem o direito à informação e o Estatuto das Cidades respectivamente, além de nenhum dos projetos estar previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, ferindo também o Estatuto das Cidades que dá *direito ao acesso, por parte de qualquer interessado na fiscalização da implementação dos planos diretores, a qualquer documento e informação produzido no processo de planejamento urbano* (Lei 10.257/2001, art. 39, § 4º, III). (FALTA COPA 2014, 2011, grifo nosso)

A ausência de informação sobre os projetos urbanos tem dificultado a articulação dos movimentos sociais de defesa das populações que possivelmente sofrerão diretamente os impactos dessas obras. Na planilha de responsabilidades assinada pelos governos Federal e Municipal, no PAC Copa – que diz respeito à melhoria dos aeroportos e portos; articulação aeroporto-estádio e a construção do estádio –, no projeto intitulado “corredor estruturante”, está previsto um gasto de 11 milhões com desapropriações. No entanto, o desconhecimento da localização exata das áreas atingidas, dificulta ações preventivas de defesa de direitos dos moradores que poderão vir a ser afetados, e neutraliza o potencial de resistência à implementação de projetos que afetem diretamente a vida dos moradores.

Outras áreas da cidade contempladas pelos projetos de *Salvador Capital Mundial* já começam a receber indenizações (BARSAN):³⁵ é o caso dos moradores de Roma – cidade baixa –, repentinamente informados sobre as desapropriações com valores ínfimos, que correspondem a aproximadamente 10% do valor real desses imóveis. Essas ações exemplificam o modelo gestor autoritário e fechado, que vem caracterizando as obras nas cidades-sedes brasileiras.³⁶ Além disso, explicitam estratégias de falta de transparência que se instituem como condição de efetivação desses projetos, sem o necessário debate e o controle sobre seus alcances e formas de gestão.

O papel intervencionista do Governo Federal nas resoluções da infraestrutura urbana local se apresenta, por exemplo, na determinação federal para a solução do “corredor estruturante” de Salvador previsto no PAC da Copa. Originalmente foram previstos 567 milhões para a execução dos projetos, desapropriações e sua construção. Os debates se concentravam em duas opções de transportes: VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) ou BRT (*Bus Rapid Transit*) com diversos indícios para a escolha do BRT.

O governo da Bahia adiou para amanhã (21) a divulgação do resultado do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), uma espécie de seleção para orientar a participação de empresas públicas e privadas na estruturação do projeto de construção e operação do sistema de mobilidade urbana para a Copa do Mundo em Salvador. A previsão era que as propostas fossem abertas hoje. (PORTAL DA COPA 2014, 2011)

Apesar das expectativas criadas e dos limites orçamentários originalmente acertados, assim como da matriz de responsabilidade assinada fazer referência ao BRT, Salvador construirá uma nova linha de metrô com 34 km, com um custo inicial orçado na ordem de 2,4 milhões de reais. Essa mudança vem em consonância aos anseios do governo federal expressos abaixo.

Dilma disse que, com a Copa, o governo quer deixar um legado para as cidades que sediarão os jogos e que os investimentos devem contemplar a integração de vários tipos de transportes públicos. ‘O processo de recuperação do espaço urbano brasileiro não vai se dar com apenas um modal. Temos que usar todos, sem preconceito: metrô, BRT, VLT, corredores’. (PORTAL DA COPA 2014, 2011)

E, dessa forma,

Após um ano e meio de indefinições, o governo da Bahia ratificou hoje (11) a escolha do sistema metroviário para melhorar o trânsito de Salvador durante a Copa de 2014.

A decisão foi publicada na edição desta quinta-feira do Diário Oficial do Estado. O modal ferroviário substitui a opção pelo Bus Rapid Transit (BRT), espécie de corredor rápido para ônibus, que havia sido inscrito no PAC da Mobilidade Urbana em janeiro de 2010. (PORTAL DA COPA 2014, 2011)³⁷

O controle do Governo Federal se apresenta não apenas pela aprovação das soluções técnicas, mediante a liberação de verbas, mas o andamento e o ritmo das obras são gradativamente impostos pela instância federal. “Com forte perfil de gerente, a presidente teme que os atrasos possam refletir negativamente em sua popularidade. Por isso, a ordem foi de reagir imediatamente para evitar surpresas desagradáveis”. (COPA 2014, 2011) Dessa forma, os governadores deverão trimestralmente apresentar os balanços das obras. Em outubro, após reunião no Palácio do Planalto o então governador da Bahia afirma: “Cumprimos todas as metas que pactuamos no ano passado e agora tivemos condições de repactuar novas metas até 2013”. (GOVERNO DA BAHIA – TERRA DE TODOS, 2011)

E assim, o Governo Estadual da Bahia ganha a liberação para um maior endividamento. Mais 600 milhões foram liberados após uma reunião no Palácio do Planalto. Depois da assinatura do acordo, o limite de endividamento do estado passou para 700 milhões. Além dos 600 milhões de empréstimo já autorizado no BID, a Bahia recebeu ainda a liberação de mais 400 milhões na Caixa Econômica Federal. Novos agentes e novos modelos de gestão aparecem. A autonomia da cidade é reduzida, fragilizando a participação dos cidadãos nas decisões, escolhas e na construção da polis, em benefício dos comprometimentos internacionalmente firmados e entendidos como “imperativos absolutos”.

A ‘única certeza’ do governo é a de que a Copa tem data certa para ser realizada. ‘Existe uma preocupação de que não vai trazer prejuízo para o andamento das obras. **A única certeza que temos é que a data da Copa não pode ser adiada**’. (O GLOBO, 2011, grifo nosso)

A eficiência nacional, expressa e medida pela preparação do país para o campeonato mundial de futebol, sentencia a reestruturação da urbe em atendimento às exigências de novas instâncias internacionais. Esse processo significa, na prática, um retrocesso sobre os princípios da institucionalidade democrática de autonomia das cidades construído no Brasil. As mudanças das soluções técnicas, o desconhecimento sobre os projetos, a ausência de informações, o caráter de urgência, a desconsideração dos direitos dos moradores e os ajustes legais em andamento constituem um campo aberto e complexo que favorece a redução dos mecanismos de controle sobre os gastos públicos (PORTAL 2014, 2011)³⁸ e o endividamento dos estados e municípios.

Dessa forma, os interesses privados avançam sobre os interesses coletivos, aparentemente cada vez mais distantes, descomprometidos e descolados dos interesses dos setores populares das cidades. A transformação física das cidades e as megaestruturas propostas funcionam como ritos simbólicos para a construção da imagem da marca-país, inclusive. Num outro sentido, a imagem-país frente ao mundo reforça os modelos impostos e as decisões do Estado, construindo internamente um amplo consenso sobre a importância e efetividade desses modelos e estratégias.

“A geografia dos fluxos depende, assim, da geografia dos fixos.” (SANTOS, 2002, p. 255)
O país é reorientado e preparado para se constituir num canal efetivo dos fluxos econômicos de uma economia globalizada.

Um outro aspecto importante da nossa época é o que se pode chamar o alargamento dos contextos. São as novas possibilidades de fluidez que estão na base dessa formidável expansão do intercâmbio. Aumenta exponencialmente o número de trocas e estas ocupam um número superlativo de lugares em todos os continentes multiplicando-se o número e a complexidade das conexões. (SANTOS, 2002, p. 254)

O valor da eficiência competitiva, medido pela eficácia do trânsito dos fluxos temporários e conjuntural das pessoas, se expressa na urgência em transformar as cidades-sede em *cidades-globais*,³⁹ que atendem às especificações e aos padrões de qualidade impostos por novos agentes econômicos internacionais. Ou seja, busca-se a criação de simulacros da contemporaneidade urbana⁴⁰ que possuem como valor primordial e absoluto a fluidez como indicador de competência e desenvolvimento urbano, mesmo que, na prática, representem um retrocesso à vivência democrática. As cidades entendidas como produtos servem à “destruição criativa”, como modelo econômico imposto. O Estado-cidade-mercado avança e o Estado-excessivo aparece como agente principal desse processo.

Nós estamos monitorando essas obras, mas muitas têm problemas jurídicos, ambientais, problemas de licitação. Tem gargalos que estamos desobstruindo. Depois que iniciar essas obras, vamos ter que trabalhar de manhã, de tarde e de noite para avançarmos. (O GLOBO, 2011)

Segundo o ministro das Cidades, o seu maior compromisso é o de garantir o conforto e a mobilidade do turista desde o aeroporto até o estádio: “Nossa parte [do Ministério das Cidades] é a mobilidade urbana e vamos ter que ter a responsabilidade de levar o torcedor até a catacra.” (O GLOBO, 2011)

Any Brito Leal Ivo é Arquiteta pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FA UFBA); Doutoranda pelo PPGAU UFBA – Área de Concentração em Conservação e Restaurom; Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU UFBA) – Área de Concentração em Urbanismo; Especialista em Comunicação Promocional e Marketing (Unijorge). Atualmente é Professora Assistente em regime de Dedicção Exclusiva da FA UFBA.

Notas

- ¹ Entendido como o conjunto dos cidadãos unidos pela lei, definindo-os a partir de responsabilidades e por direitos de uns sobre outros.
- ² A independência nacional na Era Vargas é buscada fundamentalmente pela autonomia do Brasil no que diz respeito às importações de produtos de bens e consumos e a redução da dependência da economia nacional à exportação de café.
- ³ Ver Ianni (2009). Partindo do pressuposto que toda política econômica reflete as relações entre o Estado e a economia, ou seja, as relações entre o poder econômico e o poder político, busca estudar a relação entre Estado e economia, que redesenham as relações entre o Estado e a sociedade.
- ⁴ Que incorpora as mudanças na reconfiguração dos Estados nacionais, seja em decorrência da posição dos países emergentes na ordem mundial, no contexto da crise estrutural do capitalismo hoje, sob hegemonia financeira; seja, também, pelas singularidades das cidades pós-fordistas, como atores do mercado e suas contradições com os direitos e o projeto instituído no Estatuto das Cidades, no Brasil.
- ⁵ Se a Era Vargas é marcada pela industrialização do país como política para a construção do “capitalismo nacional”, agora, este projeto se faz pela consolidação e expansão do mercado consumidor interno na busca da sua “independência” e pelo seu fortalecimento na geopolítica internacional.
- ⁶ Outra coincidência conjuntural, diz respeito a que o governo Vargas e o atual governo foram analisados por instituições financeiras internacionais e esses relatórios possivelmente tornam-se fundamentais à elaboração de suas políticas econômicas. Nos anos 1930 – Vargas (1930) – o britânico Otto Niemeyer ou o Sir Otto Niemeyer elabora um relatório sobre a economia brasileira. Encomendado pelo governo Vargas ao então diretor do Bank of England, o documento analisa a situação econômica do Brasil e sugere ações para o enfrentamento da crise decorrente da queda da bolsa em 1929 – Depressão de 1930. Esse documento não defende a implantação de indústrias ou o desenvolvimento industrial, como política de desenvolvimento para o Brasil, mas aponta como ponto fraco a dependência a uma ou duas culturas, sugerindo a diversificação agrícola para o melhoramento da renda e a obtenção de excedente cambial – conseqüentemente à implementação de novas indústrias. Esse documento critica, ainda, a dependência econômica à cafeicultura, faz ressalvas em relação às finanças públicas e às estratégias financeiras vigentes. No ano de 2001, o grupo Goldman Sachs elabora o relatório *Building Better Global Economic Brics*. É quando a sigla BRIC é criada, designando o Brasil, a Rússia, a Índia e a China. Segundo esse relatório, esses quatro países poderiam estar entre as dez principais economias do mundo até 2050. No caso específico do Brasil, aponta como entrave primordial à plena expansão econômica, a infraestrutura insuficiente à circulação do capital – transporte e comunicação.
- ⁷ A crise econômica mundial de 1929 – a Grande Depressão – e a “bolha” de 2008 que desencadeou a crise mundial econômica que repercute até a presente data.
- ⁸ Termo utilizado por Gláucia Vilas-Boas (2006) para caracterizar a matriz das transformações sociais, políticas e econômicas, na forma de planos de intervenção que reorientam o desenho das instituições, alteraram comportamentos arcaicos e visavam a uma democrática distribuição de poder.
- ⁹ No sentido da prevalência da “coisa pública”.
- ¹⁰ Manchete da capa da Revista *The Economist* (novembro de 2009), ilustrada com o Cristo Redentor decolando. Na reportagem especial sobre o Brasil, o periódico afirma que até 2014 a economia brasileira será a quinta maior do mundo.
- ¹¹ Discurso durante cerimônia de início da jornada para a Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014, 08 de julho de 2010. (<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discurso-durante-cerimonia-de-inicio-da-jornada-para-a-copa-do-mundo-da-fifa-brasil-2014/print-nota>. Acesso: Julho, 2010)
- ¹² Ver site do *Planalto.Gov.Br* (2011).
- ¹³ É o redator da Constituição de 1937, do AI-1 do golpe de 1964 e dos códigos penal e processual do Brasil. Durante o governo provisório foi Ministro da Educação e Saúde. No ano de 1933 é nomeado consultor-geral da República. Substituiu Anísio Teixeira em 1935 como secretário da Educação do Distrito Federal e em 1937 é nomeado por Getúlio Vargas Ministro da Justiça. Em 1943 torna-se representante do Brasil na Comissão Jurídica Interamericana. Em 1944 passa a defender a redemocratização do país e nega o caráter facista da Constituição de 1937. No regime militar colabora com a redação do AI-1 e AI-2.
- ¹⁴ Ver: http://www.abdib.org.br/index/abdib_midia_detalhes.cfm?id_noticia=4732 , Acesso: setembro, 2011.
- ¹⁵ Somente o Ministério das Cidades determinou recurso na ordem de 8 bilhões para as obras de infraestrutura de mobilidade urbana para a Copa de 2014 – *Diário Oficial da União*, maio de 2010. Na reportagem do Globo.com, de 23 de junho de 2010, e segundo o estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Ernst & Young – *Brasil Sustentável - Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo de 2014 a Copa de 2014* – a Copa 2014 deverá injetar 142 bilhões de reais na economia do Brasil, sendo 22,4 bilhões para a infraestrutura e organização, e, aproximadamente, 7 bilhões com despesas de visitantes. A construção civil será o setor mais beneficiado dentre os 55 analisados. 42% dos gastos serão oriundos do setor público.
- ¹⁶ Para Agabem (2003), são justificativas da implementação do Estado de Exceção, fundamentalmente: a guerra e o estado de emergência nacional.

- ¹⁷ Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/5151>.
- ¹⁸ Para Max Weber, as formas modernas de produção, as lógicas da riqueza e do trabalho do mundo moderno e sua racionalização funcionam como uma “jaula de ferro”.
- ¹⁹ Por exemplo: as Portarias 63 e 67 de Belo Horizonte, de 1 de setembro de 2010 e de 4 de outubro de 2010, assinadas pelo Ministério Público Federal, determinam a suspensão das obras da Copa e a apresentação dos projetos da Copa 2014 para a cidade de Belo Horizonte, por entender que essas intervenções ferem o direito à moradia. É obrigatório citarmos o Relatório da Relatora Especial para a moradia adequada, como componente do direito a condições de vida adequadas, e para o direito à não discriminação, neste contexto (Raquel Rolnik, 2009), e o Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade Plataforma Dhesca, Rio de Janeiro, 2011.
- ²⁰ Ver o relatório TCU e a Copa do Mundo de 2014 – Relatório de situação (2011).
- ²¹ Processos do IPHAN (01498.001427/2010-23) sobre as ameaças a áreas arqueológicas pelas obras da Copa. Contestação do Ministério Público sobre o projeto de revitalização da área portuária em Manaus. O movimento e ações contra a demolição do Estádio da Otávio Mangabeira (Fonte Nova) e irregularidades na demolição do Estádio Machado, em Natal, entre outros.
- ²² Ver o livro de Agabem (2003, p. 12).
- ²³ Tradução livre de “Brazil, the country of the present”. Manchete da capa do Número Especial em inglês da *Revista Exame*, 3 de dezembro de 2010.
- ²⁴ Ver esses posicionamentos na *Revista Exame* (2010).
- ²⁵ Implica a construção e gestão de imagem dos países, segundo as relações de mercado mundial, tendo o Estado-nação no papel de gestor da imagem corporativa nacional. A expressão *nation-brand* foi cunhada por Simon Anholtz no final dos anos 1990. Segundo ele, o mundo é um “grande supermercado” onde as “nações” estão distribuídas em “diversas estantes”, podendo um país ser gerido segundo o mesmo padrão de gestão de imagem corporativa de caráter empresarial. Para além da imagem visual, a gestão da imagem nacional – a marca-nação –, com base em técnicas de comunicação, significa gerenciar a reputação do país, visando agregar valor simbólico à marca nacional para garantir e conquistar mercados.
- ²⁶ Período contextualizado pelo mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva.
- ²⁷ Ver as seguintes indicações: Saskia Sassen (2000); David Harvey (1996); Jordi Borja e Manuel Castells (1997).
- ²⁸ No mês de novembro de 2010 ocorreu no Rio de Janeiro mais uma Convenção Global do Futebol, organizada pela Soccerex, considerada a maior empresa internacional de eventos e negócios de futebol. Segundo a revista *Soccer Business*, a Fifa sozinha teria um faturamento na ordem de 3.2 bilhões de dólares com a Copa da África do Sul, no ano de 2010. A BBC estimou em 32 bilhões de telespectadores em todo o mundo para esse evento.
- ²⁹ É pela relevância do consenso e da legitimidade que Borja e Castells (1997) reconhecem que as cidades contemporâneas resultam essencialmente de três dinâmicas distintas: a globalização, a concentração de atividades e funções e a comunicação – a cidade, segundo eles, é um projeto de comunicação e mobilização para a promoção interna e externa da urbe.
- ³⁰ Esse processo de dominação não é novo, mas as circunstâncias desreguladoras potencializam esse processo.
- ³¹ Refiro-me às possíveis arenas, devido ao refluxo efetivo desses processos participativos na última década.
- ³² O consenso e a legitimidade dos discursos são construídos e conferidos pelos segmentos estratégicos, sendo a cidade um artigo de luxo. (VAINER, 2000) É na criação da cidade enquanto sujeito coeso e simplificado que a unidade é conseguida e o consenso atingido, ou seja, é quando o discurso da competência se instaura como concordância, que os atores não estratégicos são silenciados.
- ³³ O núcleo original da cidade de Salvador.
- ³⁴ Apesar de não corresponder conceitualmente a um processo de *gentrification*, é inegável que existe um movimento incipiente de substituição de população e de usos dessas áreas. Isso aparece mediante alguns projetos e ações emblemáticas que representam mais uma vertente do processo de “privatização” e segmentação da cidade: o Hotel Hilton, os novos empreendimentos na Av. Contorno, a compra de casarões no bairro de Santo Antonio do Carmo por um grande grupo empresarial e alguns investimentos públicos associados como o novo projeto para a Feira de São Joaquim, além do projeto para o Porto de Salvador, são exemplos da convergência dos projetos da Copa de 2012 com os interesses econômicos de grandes grupos econômicos. Associada a “Nova Fonte Nova” foram propostas torres comerciais, um *shopping center* e hotel.
- ³⁵ Os moradores da Cidade Baixa protestaram contra o decreto nº 19.418, de 20 de março, que declara a utilidade pública para fins de desapropriação, os imóveis localizados entre a Avenida Jiquitaia e a Rua da Boa Viagem na Cidade Baixa. Totaliza 324 mil metros quadrados de área desapropriada. (BARSAN, 2011)
- ³⁶ Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza são as cidades onde os processos de desapropriação são os mais “violentos” – quer seja pelo processo de desapropriação, quer seja pelos valores pagos. No caso do Rio, ver o Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade Plataforma Dhesca, 2011.
- ³⁷ Ver o artigo do *Bahia decide construir metrô para a Copa* (2011).
- ³⁸ A obra da Fonte Nova orçada em 541 milhões já está estimada em 835 milhões. (PORTAL 2014, 2011)

³⁹ Reflexo dos espaços dos fluxos, segundo Sassen (2001), a Cidade-Global é marcada pelo processo de desindustrialização e reindustrialização, como chamado por Scott, mas que podemos entender como o processo de desterritorialização e reterritorialização: o desmonte de uma realidade e sua substituição de outra. Essas transformações produtivas aparecem espacialmente não apenas pela dualidade centralização/descentralização, mas também pela dualidade centro/periferia – onde por centro entendem-se os espaços de sobrecentralidades, ou seja, áreas onde se concentram as grandes corporações e empresas de aporte a essas instituições.

⁴⁰ Segundo Francesc Muñoz (2008), as cidades contemporâneas, na disputa econômica globalizada, necessitam apresentar duas tipologias espaciais: um centro histórico estereotipado e facilmente reconhecido como imagem da cidade – um símbolo histórico formal, descolado e ilhado, preservado e distinto da cidade contemporânea – e um tecido urbano contemporâneo, com um *skyline* de uma cidade cosmopolita. A esse fenômeno o autor chama de “urbanização”.

Referências

- AGABEM, Giogio. *Estado de exceção*. Rio de Janeiro: Boitempo editora, 2003.
- ANHOLT, Simon. Brand management. *Foreword*, Londres: Brand Management; Henry Stewart Publications v. 9, n. 4-5, p. 229-239, abr. 2002.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1997.
- CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- IVO, Any B. L. *Una nueva copa en un nuevo país*. *Revista Bitacora*, Bogotá, n.18, jun. 2011.
- MORAES, Filomeno. *A Constituição do Brasil de 1988 e a reforma política*. *Rev. Jur.*, Brasília, v. 7, n. 72, p. 1-16, maio 2005.
- MUÑOZ, Francesc. *Urbanización*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e a exceção ou o Estado de Exceção?! *Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 9-14, 2003.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SASSEN, Saskia. *The global city - New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University, 2001.
- _____. *Cities in a World Economy*. California: Pine Forge Press, 2000.
- SHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, Socialism, and Democracy*. Editora: Perennial Books, 2008.
- VAINER, Carlos. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. 2001. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direito-a-moradia-adequada/artigos/cidade-de-excecao-carlos-vainer>. Acesso em: maio, 2011.
- _____. “Pátria, empresa e mercadoria”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *Cidade do Pensamento Único*. São Paulo: Editora Vozes, 2007.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política Do Brasil I: da aliança liberal às realizações do primeiro governo – 1930-1931*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938a.
- _____. *A Nova Política do Brasil III: a realidade nacional em 1933... Retrospecto das realizações do governo de 1934*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938b.
- VENTURI, Marco. *Grandi eventi: la festivalizzazione della política urbana*. Veneza: Il Cardo/Saggi, 1994.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- WEBER, Max. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Documentos consultados

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Lei 12.462/2011, de 04 de agosto de 2011.

BRAZIL takes off. Now the Risk for Latin America's Big Success Story is Hubris. Revista The Economist, Nova York, 12 nov. The Economist Newspaper Limited.

PLANO DIRETOR DA COPA 2014 NA BAHIA, set. 2011. p. 12

RELATÓRIO da Missão da Relatoria do Direito à Cidade Plataforma Dhesca. Rio de Janeiro: [s. n], 2011.

TCU e a Copa do Mundo de 2014 – Relatório de situação, [s. l.]: [s. n], 2011.

REVISTA ÉPOCA. "Philip Bobbitt: "o Estado nacional não atende a sociedade". São Paulo, n. 699, 10 out. 2011.

REVISTA EXAME. Em defesa do sistema. São Paulo, 12 nov. p. 17-25, 2009.

REVISTA EXAME. Estado Grande ou Estado Forte? São Paulo: edição 963, ano 44, n. 4, 7 mar. 2010.

REVISTA EXAME. São Paulo. Number Special Edition in English.

REVISTA ISTO É. Especial Copa 2014, n. 1.

Consulta web

BAHIA decide construir metrô para a Copa. 2011. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/7754/BAHIA+DECIDE+CONSTRUIR+METRO+PARA+A+COPA.html>>. Acesso em: ago. 2011.

BARSAN, Elielson. Protesto contra desapropriação na Cidade Baixa. 2009. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/news.php?idAtual=18498>>. Acesso em: jun. 2011.

BRASIL DE FATO. ALVES, Amparo. A morte dos maus - No país do futebol, o estado de exceção e a política do terror urbano in Jornal Brasil de Fato, 26 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/5151>

CIDADE Sede da Copa - Prefeitura de Salvador (Portfólio Leiaute). 2011. Disponível em: <<http://youtu.be/u0A1CCE7Yqk>>. Acesso em: jul. 2012. 1 vídeo. Online.

COPA 2014. Presidente Dilma exige balanços trimestrais sobre obras da copa. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/copa2014/mat/2011/04/13/presidente-dilma-exige-balancos-trimestrais-sobre-obras-da-copa-924229166.asp>>. Acesso em: abr. 2011.

CUSTO da Fonte Nova para Copa aumenta 41%, diz Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/7221/CUSTO+DA+FONTE+NOVA+PARA+COPA+AUMENTA+41+DIZ+PORTAL+DA+TRANSPARENCIA.html>>. Acesso em: jul. 2011.

DIAS, Karlo. Salvador conhece nesta terça solução para problemas de mobilidade. 2011. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/7316/SALVADOR+CONHECE+NESTA+TERCA+SOLUCAO+PARA+PROBLEMAS+DE+MOBILIDADE.html>>. Acesso em: out.2011

FALTA COPA 2014. Fórum de articulações das lutas nos territórios afetados pela Copa 2014 – Salvador é de todas/os! Disponível em: <<http://faltacopa2014.wordpress.com/2011/03/30/obras-da-copa-2014-apresentam-diversas-irregularidades-apontam-entidades/>>. Acesso em: mar. 2011.

FOLHA ONLINE. Leia íntegra do discurso de posse de Dilma Rousseff no Congresso. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>>. Acesso em: mar. 2011.

FOLHA ONLINE. Ministro apresenta emenda que permite uso de FGTS na Copa. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/997215-ministro-apresenta-emenda-que-permite-uso-de-fgts-na-copa.shtml>>. Acesso em: out. 2011.

GOVERNO DA BAHIA – TERRA DE TODOS. Governador repactua crédito fiscal até 2013 durante reunião em Brasília. Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2011/10/27/governador-repactua-credito-fiscal-ate-2013-durante-reuniao-em-brasil>>. Acesso em: out. 2011.

O GLOBO. Dilma 'não puxa a orelha de ninguém', diz ministro sobre atrasos em obras. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/04/dilma-nao-puxa-orelha-de-ninguem-diz-ministro-sobre-atrasos-em-obras.html>>. Acesso em: abr. 2011.

INFORMAÇÕES presidenciais. [2010]. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/informacoes-presidenciais/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-entrevistas-programas-de-radio-e-videos/2010/>>. Acesso em: mar. 2011.

OBRAS da Copa 2014 apresentam diversas irregularidades, apontam entidades. 2011. Disponível em: <<http://faltacopa2014.wordpress.com/2011/03/30/obras-da-copa-2014-apresentam-diversas-irregularidades-apontam-entidades/>>. Acesso em: mar. 2011.

Portal da copa. Dilma Rousseff cobra “corrida contra o tempo” nas obras de mobilidade urbana. 2011. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/noticia/dilma-rousseff-cobra-corrida-contra-o-tempo-nas-obras-de-mobilidade-urbana-0>>. Acesso em: out. 2011.

PORTAL DA COPA. 2011. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/>>. Acesso em: set. 2011.

PLANALTO. GOV.BR. Conversa com a Presidente. 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/conversa-com-a-presidenta/conversa-com-a-presidenta-15-03-2011>>. Acesso em:

PORTAL 2014. Custo da Fonte Nova para a Copa aumenta 41%, diz Portal da transferência. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/7221/CUSTO+DA+FONTE+NOVA+PARA+COPA+AUMENTA+41+DIZ+PORTAL+DA+TRANSPARENCIA.html>>. Acesso em: jul. 2011.

PORTAL 2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.org.br>>. Acesso em: nov. 2010.

SALVADOR conhece nesta terça solução para problemas de mobilidade. 2011. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/7316/SALVADOR+CONHECE+NESTA+TERCA+SOLUCAO+PARA+PROBLEMAS+DE+MOBILIDADE.html>>. Acesso em: jun. 2011.